CRISE, INTERDEPENDÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO: GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DA ÁGUA NO CONTEXTO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA. UM ESTUDO DE CASO NA BAIXA SANTISTA E NO GRANDE ABC.

ST 07 – A questão ambiental

Nome: Ruth Cristina Ferreira Ramos

Orientador: Prof. Dr. Klaus Frey

Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território. Doutorado.

Ano de início: 2018

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

Como a atual organização de gestão dos recursos hídricos da Macrometrópole Paulista, com seu planejamento e gestão estruturados regionalmente em comitês de bacias, influi na sua capacidade para estabelecer uma governança democrática da água, em face da crescente variabilidade climática?

OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é averiguar se há necessidades de modificações institucionais e procedimentais para o estabelecimento de uma governança transformativa e democrática da água, na Macrometrópole Paulista. São objetivos específicos: 1. Caracterizar as relações de interdependência e os conflitos de uso entre as bacias hidrográficas do reservatório

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: IRCyKOpUMi5Z

Billings localizado na Região Metropolitana de São Paulo e a do Rio Cubatão localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista; 2. Averiguar os princípios e os fatores necessários para organização de um sistema resiliente de governança democrática da água; 3. Identificar os atuais fatores que facilitam e/ou impedem o estabelecimento de uma governança transformativa e democrática da água entre as duas regiões e na Macrometrópole Paulista. 4. Elaborar recomendações instrumentais e procedimentais para inovação da governança da água na Macrometrópole Paulista.

METODOLOGIA (como abordará o tema para atingir os objetivos: não se trata de descrever procedimentos operacionais)

A Macrometrópole Paulista (MMP) se apresenta como nova unidade de planejamento territorial e plataforma de integração de políticas públicas no Estado de São Paulo. Abrigando cinco regiões metropolitanas, duas aglomerações e uma unidade regional, com um contingente de 33,6 milhões de habitantes, seu Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos, publicado em 2013 indica que a disponibilidade hídrica existente no território macrometropolitano não será suficiente para atender os cenários futuros de crescimento econômico e populacional. À visto disso, para atendimento da demanda hídrica, o plano indica que será necessário estabelecer outros vínculos hídricos entre regiões metropolitanas e novo arranjo de governança que considere a escala macrorregional. Adiciona-se a esta complexa situação, a maior ocorrência de eventos extremos, como a ausência de chuvas na Região Metropolitana de São Paulo entre os anos de 2014-2015 ocasionando a crise hídrica e conflitos entre regiões. Assim, parte-se de tal cenário – nova escala de planejamento e gestão hídrica, segurança hídrica, eventos extremos e conflitos sociais e ambientais - correlacionando-o às contradições do planejamento regional, para identificar os limites existentes e as possibilidades para se estabelecer uma nova governança da água, entendida como eficaz, justa e democrática. Para tanto, analisaremos os processos de tomada de decisão e a estrutura das relações institucionais e procedimentais existentes, horizontalmente entre os comitês das duas bacias e, verticalmente, entre municípios, comitês e governos supra-municipais.

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA (cinco a dez indicações)

Cinco eixos compõem a fundamentação teórica da pesquisa, quais sejam, i. governança democrática; ii. governança na escala regional, iii. governança da água e iv. adaptação,

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: IRCyKOpUMi5Z

transformação e resiliência, v. redes sociais. Citamos os principais autores e algumas referências:

i. Governança democrática: Mark Bevir [Democratic governance: systems and radical perspectives? (2006); What is governance? (2009)] e Bob Jessop [The governance of complexity and the complexity of governance: preliminary remarks on some problem and limits of economic (2003)].
ii. Governança urbana e metropolitana: Richard Feiock [Metropolitan governance conflict, competition and cooperation (2004)], Jeroen Klink [The hollowing out of Brazilian Metropolitana Governance as we know it: restructuring and rescaling the developmental state (2014)] e Klaus Frey [Governança Multinível e desenvolvimento regional sustentável (2018)].
iii. Governança da água: Claudia Pahl-Wostl [An evolutionary perspective on water governance: From understanding to transformation (2017)] e a produção de pesquisadores brasileiros como Gisela Pires do Rio, Rosa Maria F. Johnsson e Pedro Roberto Jacobi.
iv. Adaptação, transformação e resiliência: Carl Folke [Social-ecological resilience and biosphere-based sustainability (2016)], David Satterthwaite [Towards resilience and transformation for cities within a finite planet (2013)].
v. Análise de redes sociais: Eduardo Marques [Redes socias e poder no Estado Brasileiro: aprendizado a partir de políticas urbanas (2006)] e Christina Stein [A social network approach to analyzing water governance (2011)].

DIALOGO COM O TEMA DA OFICINA

A questão da água tem se apresentando de forma marcante e constante na agenda de pesquisas de Planejamento Urbano e Regional, estando diretamente relacionada às contradições de projetos políticos e das práticas de planejamento urbano. O passivo da realidade brasileira (e paulista) torna esta agenda bastante complexa. Nosso entendimento é que a questão ambiental é parte indispensável da construção democrática do território e que há necessidade de promover novas práticas políticas, de planejamento e de governança. Diante da atual situação da governança da água, sobretudo em regiões metropolitanas, com centralização de decisões, poderosos interesses econômicos em jogo, escassez hídrica e mudanças climáticas há imperativa necessidade de se apontar as contradições e os limites do modelo vigente e de se buscar alternativas, considerando a especificidade da realidade brasileira. É nessa perspectiva que nossa pesquisa de doutorado dialogará com a oficina "Utopia e transformação nas diferentes escalas". Reconhecendo que a capacidade do atual arranjo de governança da água em promover transformações é limitada, espera-se que a

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: IRCyKOpUMi5Z

pesquisa contribua com a indicação de possibilidades para orientar transformações sociais e ambientais.

DIALOGO COM PROBLEMÁTICAS REGIONAIS E COM A DISCUSSÃO NACIONAL E/OU INTERNACIONAL

A atual organização para governança de água está estabelecida em bacias hidrográficas, compondo um arranjo regional de planejamento e gestão dos recursos hídricos. A Macrometrópole Paulista tem sido indicada como nova escala de planejamento territorial, incluindo para gestão dos recursos hídricos, sobretudo diante da interdependência de água entre regiões metropolitanas. Ao mesmo tempo a agenda internacional de mudanças climáticas, como proposta pelo IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) e pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) tem demonstrado como a questão da disponibilidade de água será altamente impactada pelos eventos extremos podendo causar escassez hídrica e conflitos de uso. Outro ponto relevante no debate internacional é a Agenda 2030 que tem como um dos seus "objetivos de desenvolvimento sustentável" a necessidade de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável a água e saneamento para todas e todos (ODS 6). Por este ângulo, nosso entendimento é que a temática da pesquisa de doutorado dialoga com os principais desafios da escala global, regional e local. Convém destacar que esta pesquisa de doutorado faz parte de um projeto temático de pesquisa pela FAPESP denominado: "Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática", que tem por objetivo propor uma agenda inovadora de atuação e de integração das diferentes interfaces da governança ambiental num quadro de variabilidade climática.

PRINCIPAIS IMPASSES E DIFICULDADES

Até o momento como os principais impasses e dificuldades encontradas indicamos: 1. Encontrar referencial teórico sobre resiliência na perspectiva crítica e que dialogue com especificidade da realidade brasileira e do sul global. 2. Aventa-se que a mudança de governo estadual - com a indicação de uma nova secretaria que englobará as antigas secretarias de energia, recursos hídricos e saneamento e meio ambiente – poderá ocasionar alterações no funcionamento dos comitês de bacias, que por sua vez pode implicar em dificuldades para os trabalhos de investigação do funcionamento dos comitês, dos processos de tomada de decisão, observação participantes e entrevistas, impactando inclusive no cronograma de pesquisas.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: IRCyKOpUMi5Z